



INDICAÇÃO Nº 016594/2026

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo à Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, à Exma. Sra. Nathalie Ribeiro, Secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha do Estado de Pernambuco e ao Ilmo. Sr. José de Anchieta dos Santos, Presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, no sentido de adotarem medidas integradas para o enfrentamento da erosão costeira e do avanço do mar no Litoral Norte de Pernambuco, especialmente na Praia do Janga, no Município do Paulista.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Texeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; José de Anchieta dos Santos, Diretor - Presidente CPRH; Nathalie Ribeiro, Secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha (SEMAS) do Governo de Pernambuco.

Justificativa

Considerando a importância da atuação articulada do Poder Público na proteção do meio ambiente, na preservação do litoral pernambucano e na promoção de medidas de adaptação aos impactos decorrentes das mudanças climáticas, apresenta-se a presente Indicação com o objetivo de solicitar a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da erosão costeira e do avanço do mar no Litoral Norte de Pernambuco, especialmente na Praia do Janga, no Município do Paulista.

O avanço do mar e os processos erosivos registrados na região têm despertado a preocupação de moradores, comerciantes e usuários da praia, em razão dos impactos causados pela redução da faixa de areia e pelos efeitos desse fenômeno sobre áreas urbanizadas. Tal cenário evidencia a necessidade de acompanhamento técnico contínuo e da avaliação de alternativas que contribuam para a proteção e recuperação do litoral.

Nesse sentido, a participação do Governo do Estado, por intermédio dos órgãos ambientais competentes, mostra-se relevante para o desenvolvimento de estudos, ações de monitoramento e iniciativas de planejamento ambiental que possam subsidiar estratégias adequadas para a mitigação dos impactos observados, em cooperação com os demais entes públicos envolvidos.

Dessa forma, a presente Indicação busca sensibilizar o Governo do Estado para a importância da adoção de medidas técnicas e estruturantes destinadas a conter o avanço desse fenômeno, preservar o patrimônio público e privado, proteger as atividades econômicas locais e assegurar a sustentabilidade ambiental da região.

Por todo o exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente Indicação.

Sala das Reuniões, em 17 de Junho de 2026.

DORIEL BARROS

Deputado